



**COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DO CÓDIGO DE OBRAS E
EDIFICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL— CPCOE**

DECISÃO Nº 18/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **0110-000660/1989**

Assunto: Deliberação sobre a possibilidade de inserção do pavimento mezanino, sem previsão na legislação de uso e ocupação do solo específica aplicável (NGB 018/97) - referente ao lote A da Entrequadra Sul - EQS 208/209, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e questionamento se mezanino é considerado pavimento na NGB 051/07, referente ao SHCNW CRNW - Comércio Regional Noroeste.

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. DELIBERAR no tocante ao Código de Obras e Edificações do Distrito Federal, o mezanino é considerado pavimento para fins de numeração predial, cálculo de áreas, e todas as demais repercussões expressamente previstas na legislação edilícia. A interpretação de qualquer outra imposição de ordem urbanística deve ser feita pelas instâncias competentes.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum de abstenção.

2. DELIBERAR que acerca da NGB 51/07, essa comissão entende que, assim como o subsolo, o mezanino é previsto pela norma urbanística e não está incluído



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

no número máximo de pavimentos indicados no item 7.1 da referida norma, desde que vinculado ao pavimento térreo.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com 10 (dez) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário do membro representante Cláudio Junqueira - DF LEGAL e nenhum voto de abstenção.

DECISÃO Nº 19/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **0132-001507/2014**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, que trata de solicitação de alvará de construção para habitação unifamiliar localizado na QS 05 Rua 310 Lote 03 Unidade 08 - Taguatinga/DF.

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. DELIBERAR que seja encaminhado para avaliação do CONPLAN, tendo em vista que não compete à esta comissão a deliberação e eventual convalidação do plano de ocupação urbanístico aprovado em desconformidade com a PUR 154/98.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum voto de abstenção.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

DECISÃO Nº 20/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **0132-00002343/2018-31**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, do alvará de construção para habitação unifamiliar localizado na QS 05 Rua 310 Lote 03 Unidade 15 - Taguatinga/DF.

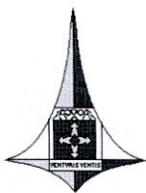
Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. DELIBERAR que seja encaminhado para avaliação do CONPLAN, tendo em vista que não compete à esta comissão a deliberação e eventual convalidação do plano de ocupação urbanístico aprovado em desconformidade com a PUR 154/98.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com 11(onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum voto de abstenção.

DECISÃO Nº 21/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

Processo nº: **0132-000257/1995**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, que trata de manifestação do interessado no sentido de questionar as supostas desconformidades suscitadas pela Terceira Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística de empreendimento de uso institucional (Hospital) localizado na QSE Área Especial nº 01 e 17 - Taguatinga/DF.

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos – CAP

1. DELIBERAR pela retirada do item da pauta tendo em vista que a comissão de verificação de irregularidades entende em parecer que não há ato administrativo a ser convalidado ou anulado e que as possíveis irregularidades apontadas foram superadas no projeto de modificação apresentado à CAP.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com votos 11 (onze) favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum voto de abstenção.

DECISÃO Nº 22/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **00132-00001394/2018-46**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, que trata de solicitação de aprovação de projeto de modificação de empreendimento de uso comercial (Shopping)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

localizado na QS 01 Rua 210 Lote 40 - Taguatinga/DF.

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. **DELIBERAR** pela determinação de apresentação pelo interessado da anuência do órgão de trânsito referida no Parecer nº 13/2019 – COVIR para posterior deliberação a respeito da convalidação. Alternativamente a comissão faculta ao interessado a opção pela aplicação da Lei nº 5.632/2016 considerando o empreendimento em sua totalidade, para continuidade da análise do pedido de aprovação de projeto.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com votos 10 favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum voto de abstenção.

DECISÃO Nº 23/2019

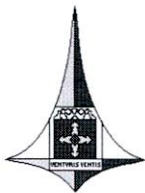
A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **00390-00007707/2019-09**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, que trata de solicitação de Carta de Habite-se de empreendimento de uso comercial e educacional localizado na QS 03 Rua 420 Lote 02 - Taguatinga/DF.

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. **DELIBERAR** pela retirada de pauta.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com votos 9 (nove) favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (um) voto de abstenção do membro Luiz Fernando Ferreira Magalhães – representante da OAB.

DECISÃO Nº 24/2019

A Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 39.272, de 02 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Distrital nº 6.138, de 26 de abril de 2018, bem como o disposto no Decreto nº 39.393, de 19 de outubro de 2018 que aprova o Regimento Interno da CPCOE e dá outras providências, em sua 46ª Reunião Ordinária realizada em 11 de dezembro de 2019, DECIDE:

Processo nº: **00390-00007686/2019-13**

Assunto: Apreciação do parecer para convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39272/2018, , que trata de solicitação de aprovação de projeto de modificação de Clube Esportivo localizado na SCES Trecho 01 Lote 01-A - Plano Piloto/DF

Relatoria: Central de Aprovação de Projetos - CAP

1. DELIBERAR pela retirada de pauta tendo em vista a apresentação de projeto de modificação, o qual contempla a retirada do projeto do segundo restaurante licenciado, objeto do questionamento constante no parecer nº 16/2019 – COVIR.

Dessa forma, registra-se a votação do Colegiado com votos 9 (nove) favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (um) voto de abstenção do membro Luiz Fernando Ferreira Magalhães – representante da OAB.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

Brasília, 11 de dezembro de 2019

RICARDO AUGUSTO DE NORONHA
Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos – CAP/SEDUH
Coordenador Indicado

3 Representantes Indicados do Órgão Gestor de Planejamento Urbano e Territorial		
1		Titular: GRACO MELO SANTOS
		Suplente: aguardando designação
2		Titular: CRISTIANO WILSON PIMENTO PORTILHO
		Suplente: HELENA FERREIRA NORONHA
3		Titular: JOÃO EDUARDO MARTINS DANTAS
		Suplente: RENATO ANES FREITAS
1 Representante Indicado do Órgão Responsável pela Gestão Administrativa		
4	SEEC	Titular: BIANCA LEITE GREGÓRIO
		Suplente: LUCIANA MEIRA PASSAMANI
3 Representantes Indicados pelos demais Órgãos ou Entidades do Poder Executivo afetos à Matéria		
5	CACI	Titular: CRISTIANO LOPES DA CUNHA
		Suplente: RAIANA DO EGITO MOURA
6	TERRACAP	Titular: GIULLIANO MAGALHÃES PENATTI
		Suplente: BIANCA ILHA PEREIRA
7	SACID	Titular: FLÁVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
		Suplente: ALEXANDRE DA CUNHA MELLO REISMAN
2 Representantes Indicados pelo Órgão de Fiscalização de Atividades Urbanas		
8	DF LEGAL	Titular: SIMONE MARIA MEDEIROS COSTA
		Suplente: CLÁUDIO PONTES JUNQUEIRA
9		Titular: HELIANA MARIA MACHADO DA COSTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do
Distrito Federal

		Suplente: MARCO AURELIO SOUZA BESSA	
3 Entidades Representantes da Sociedade Civil			
10	CREA	Titular: MARCIA MARIA BRAGA ROCHA MUNIZ	
		Suplente: RONILDO DIVINO DE MENEZES	
11	CAU/DF	Titular: VALÉRIA ARRUDA DE CASTRO	
		Suplente: ANDRÉ VELLOSO RAMOS	
12	OAB/DF	Titular: LUIZ FERNANDO FERREIRA MAGALHÃES	
		Suplente: TATIANA MARIA SILVA MELLO DE LIMA	
4 Representantes do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal			
13	ADEMI	Titular: ROGÉRIO MARKIEWICZ	
		Suplente: CARLOS EDUARDO ESTRELA	
14	SINDUSCON	Titular: JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY	
		Suplente: JOSÉ ANTONIO BUENO MAGALHÃES JUNIOR	
15	IAB	Titular: CÉLIO DA COSTA MELIS JÚNIOR	
		Suplente: HELOÍSA MELO MOURA	
16	FAU/UnB	Titular: JOARA CRONEMBERGER RIBEIRO SILVA	
		Suplente: ALBERTO ALVES DE FARIA	